



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Execução de reforma de instalações elétricas para suportar equipamentos de ar condicionado instalados ou a serem instalados na edificação que atende a Secretaria de Governo, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Finanças e Procuradoria Municipal. Trata-se de edificação localizada na sede da Prefeitura do município de Santa Luzia, MG.

Em função das condições das atuais instalações elétricas foi necessário elaborar um projeto de reforma para atendimento exclusivo das instalações dos equipamentos de ar condicionado. No total são 20 (vinte) unidades de ar condicionado contempladas no projeto.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	ETAPAS	Unidade de Medida	Quant.	Valor de Referência
1	Serviços de reforma de instalações elétricas para suporte de instalações de aparelhos de Ar Condicionado.	Única	Valor fixo para a execução dos serviços	01	R\$ 47.349,36 (quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos)

- 1.1 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia – especificamente a reforma de instalações elétricas.
- 1.2 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.3 Sugere-se que a presente contratação adote como regime de execução a Empreitada por preço Global.
- 1.4 O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogável com base no art. 57, §1º da Lei de Licitações.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Em função da necessidade de instalação e/ou substituição de unidades de ar-condicionado para atender a Secretaria de Governo, a Secretaria de Finanças e a Procuradoria Municipal de Santa Luzia – setores da prefeitura instalados na mesma edificação - e devido as condições técnicas atuais das instalações elétricas existentes, que suportam tais equipamentos, não estarem adequadas, se fez necessário elaborar um projeto elétrico de reforma que adequasse estas instalações. Após inspeção realizada no local verificou-se que tanto as instalações dos circuitos terminais que energizam os equipamentos de ar condicionado quanto às instalações elétricas que alimentam quadros elétricos da edificação precisam ser revistos.

A NBR 5410 de 2004 que regulamenta as instalações elétricas de baixa tensão nos traz no item 9.5.3 – Divisão da instalação-, subitem 9.5.3.1 que:



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

“Todo ponto de utilização previsto para alimentar, de modo exclusivo ou virtualmente dedicado, equipamento com corrente superior a 10 Amperes deve constituir um circuito independente”.

Nos diz também esta NBR, no item 9.5.4 – Proteção contra sobrecorrente que :

“Todo circuito terminal deve ser protegido contra sobrecorrentes por dispositivo que assegure o seccionamento simultâneo de todos os condutores de fase”.

É sabido que as instalações elétricas de ar condicionado são críticas em uma edificação e que estas, quando não adequadas, estão sujeitas a problemas graves como a ocorrência de curto circuito que pode provocar incêndios nas edificações que geram grande perda patrimonial e até de vidas. Casos de curto circuito em instalações elétricas, divulgados na mídia, geralmente estão relacionados a problemas nas instalações elétricas que alimentam equipamentos como os de ar condicionado.

É boa prática de mercado designar circuitos exclusivos com proteções independentes para alimentação de sistemas de ar condicionado. Esta prática atende perfeitamente o descrito anteriormente na NBR 5410.

A instalação de dispositivos de proteção adequados é obrigatória em todos os circuitos elétricos, sejam eles terminais, como os que alimentam os aparelhos de ar condicionado, ou principais como os alimentadores de quadros elétricos.

Após vistorias realizadas constatou-se que os circuitos elétricos terminais que alimentam as unidades de ar condicionado instaladas na edificação em referência não são adequados estando algumas conexões e as proteções destes circuitos expostas ao tempo conforme demonstram fotos retiradas no local. Além disso, a alimentação dos circuitos principais parte de um ambiente totalmente degradado o que demanda uma reforma urgente, que envolve trabalhos de engenharia civil e elétrica para tratar todo este ambiente.

Conclui-se então que para se instalar novas unidades de ar condicionado para atendimento das Secretarias localizadas na edificação em análise e para adequar as instalações existentes de forma que estas se tornem seguras é preciso executar um projeto de reforma das instalações elétricas que atendem estes equipamentos de condicionamento de ar.

2.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

Em função da necessidade de se adequar as instalações elétricas da edificação que abriga o Gabinete do Prefeito, a Secretaria de Governo, a Procuradoria Municipal e a Secretaria de Finanças e por ser tratar de contratação de serviço especializado de reforma elétrica, optou-se por licitar a contratação de empresa de Engenharia que possua esta expertise para que a execução dos serviços demandados ocorram de forma a atender as necessidades das unidades da Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

O trabalho de reforma demandará, além de habilidades técnicas específicas para execução dos serviços de reforma nas instalações elétrica, habilidades para se trabalhar em altura o que exigirá da Licitante vencedora experiência na execução deste tipo de trabalho de acordo com a NR-35 – Norma do Ministério do Trabalho - que trata o trabalho em altura. Praticamente toda a reforma proposta demandará instalações aparentes executadas em altura (acima de 2m).



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Os serviços a serem prestados pela empresa vencedora do certame licitatório serão executados mediante abertura de Ordem de Serviço (OS) específica para o contrato público em questão. Os serviços devem ser contratados em Grupo Único e serão classificados em apenas 1 etapa :

ITEM	DESCRIÇÃO	ETAPA
1	Serviços de reforma de instalações elétricas para suporte de instalações de aparelhos de Ar Condicionado.	Única – execução de obra de reforma elétrica.

A descrição da solução abrange a contratação dos serviços de reforma de instalações elétricas da edificação que hoje abriga o Gabinete do Prefeito, a Secretaria de Governo, a Secretaria de Finanças e a Procuradoria municipal. Trata-se de reforma das instalações elétricas que suportarão as unidades de ar condicionado instalados na edificação.

Em função de suas características técnicas inteiramente interligadas, bem como por corresponder a um serviço de natureza específica, todos os itens de serviço relacionados deverão ser fornecidos pelo mesmo licitante.

Para que haja a otimização dos serviços, sinergia dos trabalhos e maior facilidade de comunicação entre as equipes que atuarão no projeto de reforma, considera-se indispensável que haja uma equipe única de prestadores de serviços, responsáveis por realizar as etapas que envolvem o trabalho em referência. Por estas razões, justifica-se a contratação em lote único, de solução integrada que reduza os custos para o município.

Deve ser aplicado para essa contratação o disposto no acórdão TCU nº 1099/2008 - plenário, em que consta entendimento de que, havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a opção pelo não parcelamento mostra-se adequada do ponto de vista técnico, permitindo-se a composição, em um único lote.

Os serviços objeto deste Termo de Referência devem ser realizados com o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva com o objetivo de se executar o projeto de reforma elétrica em um prazo menor e com garantia de qualidade.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Licitante vencedora e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Não haverá a delegação do poder de polícia do município no âmbito do contrato, pese embora haja o exercício de fiscalização pela contratada.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

Os serviços prestados nas instalações da Prefeitura Municipal de Santa Luzia deverão ser executados durante os dias úteis, no horário comercial de funcionamento (8 às 12h e de 13h às 17h), de segunda a sexta-feira. Por se tratar de uma reforma que deve ocorrer dentro da sede da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, a necessidade de realização destes serviços em horários excepcionais deverá ser previamente autorizada pelos responsáveis da Administração Pública.

Os deslocamentos de trabalhadores/prestadores de serviços para execução do objeto deste Termo de referência (TR) não implicará em nenhuma forma de acréscimo ou majoração nos valores dos serviços contratados, bem como nenhum tipo de pagamento correspondente a horas-extras, ou adicionais noturnos.

Para a execução do previsto em contrato será emitida, pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia, Ordem de Serviço (OS).

Em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço (OS), deverá ser realizada uma REUNIÃO INICIAL (reunião de KICK OFF) com os representantes da Licitante vencedora e os técnicos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia envolvidos no projeto, para que sejam alinhadas as informações para o início do planejamento da execução dos serviços contratados.

Devem participar dessa reunião, por parte da CONTRATADA, pelo menos, o representante legal da empresa CONTRATADA e o seu responsável técnico. Por parte da CONTRATANTE, deve participar pelo menos o Fiscal do contrato, além dos demais servidores nomeados pela Autoridade Superior competente.

A Reunião Inicial (ou de Kick Off) terá os seguintes objetivos principais:

- a. Apresentação de ambos os responsáveis (empresa e prefeitura) que estarão a frente do projeto de reforma elétrica;
- b. O repasse de informações necessárias à execução dos serviços pertinentes a reforma das instalações elétricas contratadas;
- c. Apresentar e sanar dúvidas sobre o projeto e execução da reforma;
- d. Sanar dúvidas sobre a lista de materiais considerada no processo licitatório;
- e. Elaborar ata de reunião registrando e aprovando o resultado da reunião inicial.

Os serviços previstos neste Termo de Referência (TR) deverão ser executados atendendo a todas as exigências, e ainda :

- a. Não será admitida a subcontratação TOTAL dos serviços constantes no objeto deste TR;
- b. Caso haja necessidade de subcontratação parcial dos serviços, a CONTRATADA deverá comunicar com antecedência ao Fiscal do Contrato, ficando a critério deste a autorização da subcontratação, desde que não haja prejuízo ao cumprimento do objeto da licitação, conforme o Art. 72 da Lei 8666/1993;
- c. A CONTRATANTE se reserva ao direito de não autorizar a subcontratação de parcela



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

dos serviços contratados quando a indicação da empresa subcontratada pela CONTRATADA puder comprometer a isenção, imparcialidade ou qualidade técnica dos serviços a serem prestados.

d. Os serviços deverão ser executados por profissionais habilitados que possuam experiência adequada para a realização dos serviços demandados. A CONTRATANTE poderá solicitar a CONTRATADA esta comprovação a qualquer momento;

e. Os serviços realizados serão objetos de avaliação com a finalidade de averiguar sua conformidade quantitativa e qualitativa, não eximindo a responsabilidade de execução dos serviços por parte da CONTRATADA;

f. Os serviços entregues considerados defeituosos/inadequados deverão ser corrigidos imediatamente após notificação da CONTRATANTE;

g. As medições dos serviços executados, para efeito de pagamento da CONTRATANTE, serão realizadas mensalmente pelo Fiscal do Contrato. A medição deverá ser entregue impressa mensalmente pela CONTRATADA para análise da fiscalização;

h. Os serviços serão recebidos após a sua execução e conclusão de acordo com o disposto nos Art.73 a 76 da Lei nº 8.666/93.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum de engenharia (reforma), de caráter não continuado e com fornecimento de mão de obra e materiais, a ser contratado mediante licitação, na modalidade sugerida de Tomada de Preços.

4.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Prestação de serviço não continuado, com fornecimento de mão de obra e materiais;

5.1.2 O adjudicatário deverá disponibilizar a CONTRATANTE a equipe técnica sugerida neste Termo ou equivalente de forma que as solicitações da CONTRATANTE sejam atendidas prontamente.

5.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato (ver Anexo 01 do Edital).

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação em função de se tratar de serviço de Reforma de Instalação Elétrica já existente.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante que desejar poderá realizar vistoria nas instalações elétricas existentes que sofrerão reforma. Caso entenda ser necessário poderá ser agendado com profissional da Secretaria de Obras do município de Santa Luzia para que este possa acompanhá-lo na vistoria. O agendamento prévio deverá ocorrer em horário comercial (de 8 às 12h e de 13 às 17h, de segunda a sexta feira). O telefone geral da Secretaria de Obras é o (31) 3641.5232.

7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 2 (dois) dias úteis anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado. Deve-se apresentar documento de identidade civil e documento expedido pela empresa licitante comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações, por parte da licitante, de desconhecimento das instalações existentes que sofrerão reforma.

7.4 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (ver Anexo 02 do edital).

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto deve seguir a seguinte dinâmica:

a) ETAPA 1 – ANÁLISE DO PROJETO ELÉTRICO DE REFORMA

A CONTRATADA deve analisar o projeto elétrico de reforma constante do Processo Licitatório e pontuar as dúvidas que por ventura venham a existir. Estas dúvidas deverão ser sanadas com o Projetista responsável pela elaboração do projeto na primeira reunião de equipes que será a reunião de “Kick Off” prevista no item 3 deste TR.

Caso a CONTRATADA não tenha realizado a visita técnica destacada no item 7 deste TR, esta deverá fazer visita ao local das instalações para conhecer a edificação e analisar o que deverá ser executado.

b) ETAPA 2 – ANÁLISE DA LISTA DE MATERIAL DO PROJETO

A CONTRATADA deve analisar com cuidado a lista de materiais que compõe o projeto de reforma. De posse do projeto e da lista de materiais, deve a empresa contratada pontuar as suas dúvidas que deverão ser sanadas na primeira reunião de equipe que é a reunião de “Kick Off”.

c) ETAPA 3 – REUNIÃO DE “KICK OFF”

A reunião de “Kick Off”, destacada no item 3 deste TR, deverá ser utilizada inicialmente para apresentação das equipes. Dúvidas iniciais sobre o projeto de reforma devem ser sanadas nesta reunião. Questionamentos e observações de ambas as partes deverão, preferencialmente, ser registradas em ata que deverá ser assinada por todos os participantes. Outras reuniões, em função da necessidade, poderão ser agendadas entre as equipes da CONTRATADA e da CONTRATANTE para tratar de assuntos futuros relacionados a execução da obra.

Nesta reunião inicial deverá a CONTRATADA pontuar junto a CONTRATANTE as suas necessidades para que a execução dos serviços contratados ocorra de forma eficiente e segura.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

É nesta reunião que a CONTRATADA deverá apresentar aos representantes técnicos da CONTRATANTE as certificações e habilitações necessárias para execução dos serviços contratados. Caso ocorra alguma inconsistência na documentação apresentada, a CONTRATADA deverá providenciar a nova documentação retificada para que os trabalhos possam ser iniciados.

A CONTRATADA deverá acordar com a CONTRATANTE a data de início dos trabalhos. A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE, em planilha excel, o cronograma previsto para execução de toda a obra com destaque para as datas mais importantes de entrega de cada fase.

d) ETAPA 4 – EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA

A CONTRATADA deverá adquirir todos os materiais necessários para execução dos serviços contratados. A qualquer momento a CONTRATANTE poderá inspecionar estes materiais para cheque das conformidades com relação ao especificado em projeto. Materiais de qualidade e que correspondam aos itens de projeto e que foram considerados em planilha orçamentária deverão ser utilizados na obra de reforma.

A obra de reforma em referência deverá ser executada pela CONTRATADA durante o horário comercial de funcionamento da Prefeitura Municipal de Santa Luzia. Como se trata de reforma elétrica de uma das edificações da Sede da Prefeitura, os empregados da CONTRATADA deverão estar devidamente autorizados para que possam ter acesso ao local da obra.

Fiscais da Prefeitura Municipal de Santa Luzia poderão, a qualquer momento, suspender a execução da obra caso encontrem alguma irregularidade. Para isto deverão notificar por escrito a CONTRATADA sobre o motivo da paralização. O documento de notificação deve estabelecer prazo para que os problemas sejam sanados. Em caso de não solução dos problemas em tempo pré-determinado, poderá a CONTRATANTE aplicar multas a CONTRATADA de acordo com o previsto em contrato.

Durante a execução da obra, poderá a CONTRATADA, sanar dúvidas com os técnicos responsáveis da CONTRATANTE. Se achar necessário a CONTRATADA poderá solicitar novas reuniões presenciais para tratar do assunto duvidoso. Recomenda-se a geração de atas de reunião que deverão ser assinadas por todos os participantes.

e) ETAPA 5 – MEDIÇÕES

Mensalmente, durante a execução da obra de reforma elétrica, serão realizadas as medições pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE. As medições do executado deverão ser acompanhadas por representantes da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá enviar as medições impressas e com registro fotográfico a CONTRATANTE juntamente com a documentação necessária para que seja aprovada a medição e encaminhada ao responsável pela autorização da liberação de pagamento.

f) ETAPA 6 – ENTREGA DA OBRA

Após a realização da obra de reforma a CONTRATADA deverá agendar com o Fiscal da CONTRATANTE uma vistoria final com o objetivo de aprovar os serviços executados. A execução deverá estar de acordo com o que estava previsto em projeto.

A medição referente a esta última etapa deverá ser realizada.

A entrega definitiva da obra se dará após a CONTRATANTE designar equipe ou profissional capacitado para o recebimento da mesma.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

9- MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Por se tratar de projeto de reforma de instalações elétricas predial este item não se aplica.

10- INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

A demanda do órgão tem como base as principais características:

- a) Necessidade de instalação de novas unidades de Ar Condicionado no prédio onde estão instalados o Gabinete de Prefeito, a Secretaria de Governo, a Secretaria de Finanças e a Procuradoria Municipal;
- b) Para que o demandando em (a) acima seja possível, se faz necessário adequar as instalações elétricas da edificação em referência para que novas unidades de ar condicionado e as atuais (já instaladas) sejam energizadas com segurança conforme determina a NBR 5410 que trata das Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- c) Ao analisar os sistemas elétricos hoje existentes, detectou-se a necessidade de se criar quadros elétricos exclusivos para alimentação dos circuitos elétricos que alimentarão os equipamentos de ar condicionado. A reforma elétrica proposta visa acima de tudo garantir a segurança nas instalações elétricas que alimentarão os equipamentos de climatização;
- d) Para gerar menor impacto nas atividades dos órgãos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, a reforma elétrica deverá ser realizada sem a necessidade de interrupção das atividades diárias da Prefeitura. Apenas no final desta reforma é que os circuitos novos serão energizados e as instalações antigas deverão ser desativadas;
- e) A empresa CONTRATADA deverá ter experiência com relação a execução do tipo de instalação demandada pela CONTRATANTE. Será exigido anotação de responsabilidade técnica (ART) perante o CREA-MG de Engenheiro Eletricista responsável ou Técnico Eletrotécnico.

11- UNIFORMES E IDENTIFICAÇÃO

Por se tratar de serviço de reforma de instalações elétricas e em função da edificação que sofrerá a reforma estar localizada na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, é necessário que os profissionais da CONTRATADA, que executarão os serviços, estejam devidamente identificados. O uso de uniformes e vestes adequadas juntamente com a utilização de equipamentos de proteção individuais e coletivos é de responsabilidade da CONTRATADA.

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3 O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

12.4 A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

12.5 Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.6 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber em conformidade com o item 06 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.8 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

12.8.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.8.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.8.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.8.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.9 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.10 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.11 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Santa Luzia e a Dívida Ativa Municipal ou deduzido da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.

12.12 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.13 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

12.14 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

13- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

13.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.22 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.22.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

14- DA SUBCONTRATAÇÃO

- a. Não será admitida a subcontratação TOTAL dos serviços constantes no objeto desta licitação;
- b. Caso haja necessidade de subcontratação parcial dos serviços, a CONTRATADA deverá comunicar com antecedência ao Fiscal do Contrato, ficando a critério deste a autorização da subcontratação, desde que não haja prejuízo ao objeto da licitação, conforme o Art. 72 da Lei 8.666/1993;
- c. O MUNICÍPIO se reserva o direito exclusivo de não autorizar a subcontratação de parcela dos serviços técnicos, quando a indicação da empresa subcontratada pela CONTRATANTE puder comprometer a isenção, imparcialidade ou qualidade técnica dos serviços a serem prestados.
- d. Os serviços deverão ser executados por profissionais com habilidade e experiência adequados aos serviços que lhes forem atribuídos;
- e. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- f. A empresa CONTRATADA será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

15- ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16- CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- a) Todos os serviços serão fiscalizados pelo fiscal do contrato, designado pela CONTRATANTE, nos termos do artigo 67, da Lei 8.666/93 e DECRETO MUNICIPAL Nº 3378 de 5 de novembro de 2018.
- b) A CONTRATANTE deverá designar fiscal e gestor do contrato, devidamente habilitados, capacitados e conhecedores das particularidades do objeto do contrato a ser verificado;
- c) A fiscalização efetuará as medições e analisará o avanço físico real dos serviços, verificando o exato cumprimento das obrigações do contrato no período da medição, quanto à quantidade, à qualidade e o prazo previsto para a execução.
- d) A fiscalização terá poderes para : verificar se os serviços estão sendo cumpridos, analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem a melhorar a execução dos serviços, fazer advertências quanto a qualquer falha da empresa, recomendar aplicação de multas ou outras penalidades, atestar notas fiscais de prestação de serviços.
- e) A fiscalização poderá, a qualquer momento, inspecionar a CONTRATADA e suas frentes de serviço. Constatada alguma irregularidade, a fiscalização acionará a empresa para, no prazo



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

máximo de 24 (vinte e quatro) horas, providenciar as correções e tomar as medidas cabíveis.

f) O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

g) Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

h) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

i) O servidor designado para fiscalização de execução do objeto será Giovanni Bello Teixeira – 33251/Engenheiro eletricista a servidora designada como gestora do contrato será Giselle Pereira Rocha dos Santos – 34679/Analista Administrativo.

17- DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1 O fiscal do contrato avaliará mensalmente a execução do objeto e proporá ao Gestor do Contrato a suspensão do pagamento do contrato caso a CONTRATADA:

17.1.1 não produza os resultados ou deixe de executar, ou não executar, com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

17.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.2.1 Tempo de resposta das solicitações efetuadas pela Contratada e a

17.2.2 Qualidade dos trabalhos entregues

17.3 A CONTRATADA deverá ser notificada sempre por escrito pelo Fiscal do contrato sobre qualquer problema detectado relacionado a execução do objeto.

17.4 Requisitos para avaliação dos serviços prestados:

17.4.1 A ordem de serviço servirá como referência para o acompanhamento e fiscalização do processo de elaboração dos serviços e para avaliação pela CONTRATANTE quanto aos serviços executados pela CONTRATADA.

17.4.2 O modelo de execução e avaliação dos serviços deverá obedecer às seguintes condições e exigências:

17.4.2.1 O método de trabalho e os serviços executados pela CONTRATADA deverão obedecer aos critérios definidos nas normas técnicas, padrões e metodologias vigentes no MUNICÍPIO.

17.5 No prazo acordado para entrega dos serviços a CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE:



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

17.5.1 A obra de reforma executada. O fiscal deve visitar o local junto com a CONTRATADA para checar todas as instalações entregues.

17.6 Os serviços serão recebidos pela CONTRATANTE, que poderá aprová-los ou reprová-los mediante análise, a qual considerará a plena concordância dos serviços executados com o que foi projetado. A execução deve atender todas as normas vigentes sobre o assunto.

17.7 Qualquer serviço realizado, mas não aceito pela CONTRATANTE, deverá ser refeito, o que não eximirá a CONTRATADA de penalidades e outras sanções.

17.8 Todos os serviços deverão ser concluídos dentro dos prazos previamente acordados. Quando não for possível, caberá a CONTRATADA relatar as anormalidades encontradas, bem como apresentar alternativas para saná-las, às quais serão avaliadas pela CONTRATANTE, podendo ser aceitas ou não, independentemente das sanções cabíveis.

17.9 No caso de inconformidade na entrega dos serviços a CONTRATANTE determinará, por escrito, prazo para que a CONTRATADA promova as alterações solicitadas. Caso a CONTRATADA não promova e entregue as alterações solicitadas esta poderá ser penalizada conforme previsto em cláusulas contratuais.

18- DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- a. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- b. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- c. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- d. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- e. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,
- f. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- g. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- h. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- i. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

j. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

k. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

l. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

m. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- n. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19- DO PAGAMENTO

- a. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- b. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- c. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- d. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- e. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 1. o prazo de validade;
 2. a data da emissão;
 3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 4. o período de prestação dos serviços;
 5. o valor a pagar; e
 6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- f. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

g. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

h. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

i. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

j. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

k. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

l. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

m. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

n. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

o. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

p. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

q. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

TX=Percentual da taxa anual = 6%

$I=TX/365 = (6/100)/365 = 0,00016438$.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

20- REAJUSTE

- a. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- b. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I₀ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- c. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- d. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- e. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- f. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- g. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- h. O reajuste será realizado por apostilamento.

21- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

21.7.1 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Santa Luzia e a Dívida Ativa Municipal ou deduzido da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.

21.7.2 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Para se qualificar tecnicamente a licitante deverá apresentar :

22.1 Certificado de Registro válido e de quitação da Licitante (Pessoa Jurídica) perante o CREA da região a que estiver vinculada.

22.2 Comprovação da Licitante que possui em seu quadro de profissionais pelo menos 1 (um) profissional técnico (Engenheiro Eletricista ou Técnico Eletrotécnico), detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ARTs), devidamente registrado(s) no CREA da região competente, relativo à execução de obras de engenharia similar à do objeto da presente licitação. Cópia desta ART deve ser apresentada. Este profissional deve comprovar registro válido no CREA. O profissional deve ser habilitado para trabalhar com a carga destacada no projeto.

22.3 Pelo menos um atestado de capacitação técnica da empresa licitante referente a execução de obra similar ao objeto da contratação. Deve-se comprovar a realização de trabalho em altura (acima de 2 metros). O(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) em nome da licitante, assinado pelo representante legal ou por funcionário do atestante responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços e deve conter: a razão social e dados de identificação da instituição emitente; descrição dos serviços prestados; período de vigência das respectivas contratações; afirmação de que a proponente prestou os serviços; local e data de emissão, nome, cargo do responsável pela veracidade das informações, telefone e email de contato.

22.4 Não será aceita declaração do próprio proponente, isto é, somente serão considerados atestados de capacidade técnica assinados pelo cliente final receptor direto dos serviços;



Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Reforma de Instalações Elétricas na Sede

22.5 No decorrer da execução do objeto, o profissional de que trata o item 22.2 poderá ser substituído, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela CONTRATANTE.

22.6 Será inabilitada a licitante que não apresentar as comprovações solicitadas neste item 22.

23 DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1 O valor máximo previsto para a contratação dos serviços de reforma das instalações elétricas é igual a R\$ 47.349,36 (quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos).

23.2 Respalda o valor sugerido acima o projeto elétrico elaborado e o seu respectivo orçamento constante deste processo licitatório.

23.3 Com o processo licitatório, a expectativa da Administração Pública é contratar os serviços demandados por um valor menor que o destacado no item 23.1 acima.

24 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

04.122.3011.1004 Recuperação Sede do Poder Publico Municipal

4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações

Fonte 100

Ficha 374

Santa Luzia, 17 de Maio de 2022.

Bruno Márcio Moreira Almeida
Secretário de Obras
Prefeitura Municipal de Santa Luzia